



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

26 de setembro de 2018

Notícias do Dia Capa e Especial

“UFSC investiga fraude em cotas raciais”

UFSC investiga fraude em cotas raciais / Coletivos negros / Centro de Ciências Jurídicas / CCJ / Curso de Direito / Universidade Federal de Santa Catarina / Ministério Público Federal / MPF / DPU / Defensoria Pública da União / Marcelo Henrique Romano Tragtenberg / Diretor da Saad / Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades / Conselho Universitário / AGU / Advocacia-Geral da União / Comitê de Acompanhamento de Ações Afirmativas / Procurador Regional dos Direitos do Cidadão / Cláudio Cristani

UFSC apura denúncia de fraude em cotas raciais

Processo corre em paralelo às investigações coordenadas por MPF e DPU. PÁGINA 3

Editor: RODRIGO LIMA
rodrigolima@noticiasdoDia.com.br

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2018

Especial.3

UFSC investiga fraude em cotas raciais

Além de MPF e DPU, universidade apura desde o início de 2017 a denúncia apresentada por coletivos negros

SCHIRLEI ALVES
schirlei.alves@noticiasdoDia.com.br

Após reportagem publicada na segunda-feira (24) pelo ND, sobre a suspeita de fraude em cotas raciais denunciada pelos coletivos negros do curso de direito da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e está sendo investigada por MPF (Ministério Público Federal) e DPU (Defensoria Pública da União), a universidade revelou detalhes sobre apuração que também ocorre internamente. Segundo o professor Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, diretor da Saad (Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades), a UFSC já vinha investigando desde o início do ano passado denúncias de que alunos brancos teriam fraudado o sistema de cotas raciais para negros e para PPI (pretos, pardos e indígenas) por meio de autodeclaração.

As denúncias chegaram à Saad por meio de servidores que atuam no setor de matrícula e da ouvidoria. Como a autodeclaração foi aceita como comprovante de 2014 a 2017, o secretário decidiu fazer uma análise por amostragem levando em consideração o curso mais concorrido de cada um dos 15 centros universitários.

Entre 2008 e 2014, a UFSC adotou banca avaliadora para verificar o fenótipo dos alunos que se autodeclararam negros, pretos, pardos ou indígenas. O procedimento foi abolido depois que uma jovem negra apoiada por outros três estudantes teria declarado em evento público que o método seria humilhante. A banca de avaliação foi retomada no vestibular de 2018 após os suspeitos que surgiram nas matrículas de 2017.

As informações levantadas pela Saad foram levadas ao conhecimento do Conselho Universitário, que, por sua vez, entendeu que havia “fortes indícios de fraudes” e solicitou apuração administrativa.

Conforme manda o protocolo interno, a AGU (Advocacia-Geral da União) também foi comunicada, mas só se manifestou favorável à verificação das autodeclarações no segundo semestre do ano passado. Os casos, que seriam mais de 20, ainda não foram julgados. ■



Denúncia de fraude ocorreu no curso de direito

Comitê define encaminhamentos

■ O Comitê de Acompanhamento de Ações Afirmativas, nomeado em julho deste ano, cujos integrantes representam a UFSC, os alunos e coletivos negros e indígenas, é o responsável por definir os encaminhamentos da investigação. Uma reunião foi marcada para sexta-feira (28) a fim de alinhar os últimos detalhes do procedimento administrativo. A expectativa é de que a investigação finalize até o fim do ano. “A gente não pode tornar público enquanto o procedimento está correndo porque tem que

resguardar uma série de questões relacionadas às pessoas”, defendeu Marcelo Tragtenberg. O professor presume, no entanto, que nem todos os alunos investigados tenham fraudado o sistema de má-fé, uma vez que, na avaliação dele, podem ter interpretado as normas das cotas de forma equivocada. “Estamos tomando todos os cuidados para chegar ao fim do processo tendo certeza (sobre os acusados). É importante deixar claro que várias pessoas têm a compreensão de ancestralidade [em função de o

pai ou o avô ser negro], mas que está equivocada. A compreensão correta é pelo fenótipo”, disse. Os encaminhamentos finais não foram revelados pelo professor, mas ele acredita que, havendo a comprovação de fraude, os alunos serão desligados da instituição, o que não os impede de validar as disciplinas já cursadas e terminar o curso em outra instituição. Em caso de judicialização individual das denúncias, a incorporação ou não das disciplinas dependerá da interpretação da Justiça.

MPF vai se manifestar sobre o caso

■ O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Cláudio Cristani, responsável pelo procedimento no MPF, provocado por denúncia dos coletivos negros, vai se pronunciar amanhã. Os coletivos formados por alunos negros do Centro de Ciências Jurídicas solicitaram por meio do Portal da Transparência a lista dos alunos que foram classificados por cotas raciais no período em que a universidade considerou apenas a autodeclaração como comprovante (entre 2014

e 2017). A iniciativa ocorreu após os grupos perceberem que havia poucos alunos negros no curso.

Os coletivos suspeitam que pelo menos 40 alunos tenham fraudado o sistema de cotas. O ND teve acesso aos nomes de 114 alunos que entraram na universidade entre 2015 e 2017. Desse, 82 foram aprovados pela classificação de PPI, 25 pela cota de negros, quatro como indígenas e dois como quilombolas.

Ao pesquisar o perfil dos alunos nas redes sociais, o ND iden-

tificou que pelo menos 14 são nitidamente brancos com características bem definidas. Ao longo da busca, que levou cerca de uma semana, 51 perfis não foram encontrados e 18 não puderam ser identificados. No levantamento, foi possível constatar que ao menos 18 alunos são negros, 11 são pardos e dois são indígenas. A reportagem tentou contato com pelo menos cinco deles, sendo que apenas três atenderam às ligações. O trio confirmou ter se autodeclarado pardo.

Saiba no ND



Investigação do MPF foi revelada pelo ND na segunda-feira.

FLAVIO DWY

Prazo das pontes está no limite / Colombo Machado Salles / Pedro Ivo Campos / Engenheiro / Trajano de Oliveira / Ibape/UFSC / Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Santa Catarina / Reformas / Manutenção / TCE / Tribunal de Contas do Estado / Deinfra / Departamento de Infraestrutura

Cidade

4. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2018

Editor: RODRIGO LIMA
rodrigolima@noticiasdodia.com.br

Prazo das pontes está no limite

Sem manutenção, estruturas se aproximam do período razoável de 50 anos de durabilidade

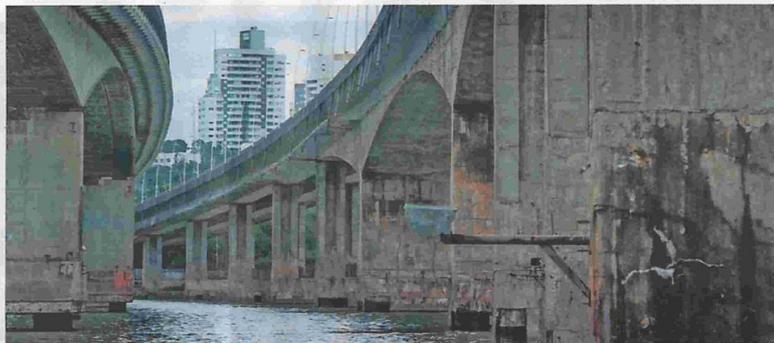
FÁBIO BISPO
fabio@noticiasdodia.com.br

A engenharia estima um prazo razoável de 50 anos de durabilidade de uma obra como a da ponte Colombo Salles, inaugurada em 1975 como a segunda ligação entre a ilha de Santa Catarina e o Continente. Esta previsão também pode passar de meia década. Pode ser até cem anos, diz o engenheiro Trajano de Oliveira, especialista em perícias e avaliações de engenharia pelo Ibape/UFSC (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Santa Catarina). "Mas essa é uma estimativa que a norma prevê diante de manutenções periódicas. A nossa ponte está há mais de 40 anos sem manutenção", alerta.

Atento ao vaivém que se tornou a determinação judicial para reforma das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, essa inaugurada em 1991, Oliveira elaborou um estudo sobre as estruturas, a partir da análise de imagens coletadas no local e comparadas com que aponta a engenharia. "A Colombo Salles é toda de concreto. O concreto nada mais é do que uma pedra artificial com aço dentro. Parecia que com isto seria um material ideal, já que protegia o ferro da corrosão, pois este não ficava em contato com o ar úmido. Só que com o tempo ocorreu a carbonatação do concreto, que afetou totalmente a estrutura", explica.

No estudo, Oliveira aponta, por exemplo, pontos de infiltração em juntas da ponte e ferros da armação já expostos com a corrosão do cimento. O engenheiro também faz uma avaliação da Pedro Ivo, que apesar de mais nova, acabou tendo seu prazo de validade agravado com a falta de manutenção.

Apesar de ter o vão central construído em aço patinável, que aumenta a durabilidade, "há lascas de ferro desgrudando da estrutura". Ele também questiona, por exemplo, que a capa asfáltica da pista praticamente inexistente, sendo usado o aço diretamente como pista de rolagem, o que aumenta ainda mais a degradação da estrutura. "Imagina, 27 anos sem manutenção e ainda com os carros passando por cima, o tempo de duração será menor ainda que o previsto", explica. Na Pedro Ivo, Oliveira ainda detectou ausência ou desgaste total das juntas dilatação entre as partes de aço e concreto, que prejudica que a estrutura trabalhe sem impactos.



Ponte Colombo Salles (à dir.), construída em 1974 e que nunca passou por reforma, revela cenário assustado vista de baixo



Ferros expostos com a corrosão do cimento



Ferrugem tomou conta das duas pontes

43

anos tem a ponte Colombo Salles, que foi a segunda ligação entre Ilha e Continente; a Pedro Ivo foi inaugurada em 1991

Mantida a modalidade técnica e preço

Como toda boa novela, o enredo sobre a reforma das únicas ligações da ilha ao Continente é tortuoso e exige paciência. Foi em 2011 que um inquérito civil movido pelo Ministério Público de Santa Catarina concluiu pela necessidade de obras de manutenção das pontes. Mas nada foi feito até que em 2016 a Justiça determinou a obra por meio de licitação.

E mesmo o Estado tendo licitado em 2016 e uma empreiteira paraense sido escolhida para executar a

obra por R\$ 29 milhões, o edital para supervisão dos trabalhos emperrou em uma disputa pelo modelo da licitação. No entendimento dos técnicos do TCE (Tribunal de Contas do Estado), o edital continha vícios que permitiriam a inclusão de itens subjetivos na licitação que em nada privilegiavam a competitividade e melhor serviço. O tribunal questionou a insistência do Deinfra (Departamento de Infraestrutura) na modalidade "técnica e preço", prevendo que o modelo ideal

seria "menor preço".

O Deinfra chegou a causar confusão na imprensa ao dizer que estava acatando os apontamentos do TCE e o certame foi suspenso ao menos duas vezes. Em agosto deste ano, o TCE fez uma composição entre as determinações do órgão e insistência do Deinfra na "técnica e preço". Mesmo assim cobrou ajustes e recomendou que, em futuros procedimentos licitatórios, a adoção do tipo "técnica e preço" seja fundamentada.

Deinfra promete licitação para outubro

A modalidade "técnica e preço" adotada pelo Deinfra também foi alvo de uma auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda, que apontou deficiências na contratação de empresas para supervisão de obras. O relatório mostra a facilidade com que uma única empresa venceu 11 de 14 processos licitatórios entre 2004 e 2016. A vantagem se dava no quesito "técnica", mesmo o valor não sendo econômico para o Estado.

Agora, com a decisão de agosto, o Deinfra volta a ter oportunidade de licitar a supervisão das obras de recuperação das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, que custarão R\$ 31 milhões. Desse valor, R\$ 29,6 milhões são para execução da obra, que já está licitada, e R\$ 2 milhões para a supervisão. Segundo o Deinfra, a abertura dos envelopes está marcada para o dia 30 de outubro e como ainda cabe recurso ao resultado o órgão não tem uma previsão para início das obras.

FOTOS: MARCO SANTACONSO

Notícias do Dia Cidade "Estudantes defendem o MARquE"

Estudantes defendem o MARquE / Museu de Arqueologia e Etnologia
Oswaldo Rodrigues Cabral / UFSC / Cursos de Museologia e Antropologia /
Universidade Federal de Santa Catarina / CFH / Centro de Filosofia e
Ciências Humanas / Vanessa Halmenschlager / Reitor / Ubaldo Cesar
Balthazar / Luciana Silveira Cardoso / Diretora / Corpo de Bombeiros /
Habite-se / Chefe de Gabinete / Áureo Mafra de Moraes / Alvará / Franklin
Cascaes

NOTÍCIAS DO DIA **Cidade.7**
FLORIANÓPOLIS, QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2018

Estudantes defendem o MARquE

Museu de Arqueologia da UFSC está fechado desde o dia 10 por problemas estruturais e de segurança

ANDRÉA DA LUZ
andrea.luz@noticiasdodia.com.br

Cerca de 50 estudantes de museologia e antropologia se reuniram na tarde de ontem para dar um abraço coletivo simbólico representando a luta e o luto pelo MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), fechado desde o dia 10 por problemas estruturais e de segurança. O grupo circulou ao redor do prédio do MARquE, antes de se dirigir para uma aula aberta no CFH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas).

Uma das organizadoras do ato, Vanessa Halmenschlager, da 4ª fase do curso de museologia, afirma que há três semanas os estudantes do curso resolveram interromper as aulas, em protesto pelas condições do museu. Durante esse período, eles realizaram aulas abertas e rodas de conversas com alunos de outros cursos para mostrar a importância do museu e seu papel na preservação do patrimônio cultural e social da humanidade.

"O museu tem vários problemas estruturais, como infiltrações, falta de rampas de acesso para deficientes físicos e dificuldades nos meios de fuga em caso de algum incêndio", diz. "São muitas crianças que vêm ao museu, imagina se acontece alguma coisa com elas aqui dentro", pondera Vanessa.

As aulas serão retomadas a partir de segunda-feira (1º), como resultado da conversa que a diretoria do museu teve com o reitor Ubaldo Balthazar no dia 17. O encontro foi registrado em ata, listando todos os acordos firmados.

De acordo com a diretora do MARquE, Luciana Silveira Cardoso, o reitor mostrou-se disposto a ouvir e a manter o diálogo aberto para que os problemas sejam efetivamente resolvidos. "Embora nem tudo possa ser feito de imediato, firmamos o compromisso de encaminhar as demandas estruturais à reitoria e estabelecemos reuniões mensais para discutir questões de orçamento e organização do museu", afirma.

Uma das ações tomadas de imediato, segundo a diretora, foi o agendamento de uma vistoria do Corpo de Bombeiros no pavilhão de exposições do museu, o que deve acontecer ainda nesta semana. O objetivo é avaliar condições de segurança e de adequações no sistema de combate a incêndio. ●



Alunos dos cursos de museologia e antropologia deram um abraço simbólico no prédio do museu

Para reitoria, prédio foi construído dentro das normas

Segundo informações do chefe de gabinete da reitoria, Áureo Mafra de Moraes, o prédio "novo" do MARquE foi construído de acordo com as normas atuais, mas os bombeiros só costumam conceder o Habite-se para um conjunto de obras e não apenas para um prédio. "Por exemplo, no CFH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) nós construímos um edifício novo que está ok, mas só teremos o Habite-se se todos os edifícios que compõem o Centro estiverem dentro das normas de segurança", explica.

Nessa lógica, o Habite-se só seria concedido ao MARquE se suas edificações mais antigas estivessem dentro das normas de segurança atuais. "O que vamos tentar fazer é sensibilizar os bombeiros para que liberem o pavilhão de exposições, o segundo piso, tudo que faz parte do prédio novo. Vamos apresentar o relatório que estamos fazendo desde março sobre a regularização das edificações antigas, o que inclui o museu", explica Moraes. Sem alvará, Habite-se, plano de segurança e gestão de riscos, o museu abriga um acervo de

mais de 40 mil peças que incluem as principais coleções arqueológicas e de etnologia da região Sul do Brasil e de Florianópolis, como as obras de Franklin Cascaes. O prédio foi inaugurado há pouco mais de cinco anos e não tem data prevista para reabertura ao público.

Saiu no **ND**

No dia 11, o ND mostrou que o MARquE, inaugurado há 5 anos, fechou as portas

Diário Catarinense De Ponto a Ponto

“Repasses estagnados atrasam obra do Centro de Inovação”

Repasses estagnados atrasam obra do Centro de Inovação / Centro de Inovação de Itajaí / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Hub

LITORAL NORTE

Repasses estagnados atrasam obra do Centro de Inovação

A CONSTRUÇÃO ESTÁ avaliada em R\$ 10 milhões e só deverá ser entregue no próximo ano



DAGMARA SPAUTZ
dagmara.spautz@somosnsc.com.br

O Centro de Inovação de Itajaí já tem parcerias firmadas com universidades e incubadoras de novos negócios. Só falta sair do papel. Problemas nos repasses e no convênio com o BNDES empurram a entrega da obra para 2019, e colocam em risco a verba articulada junto ao governo federal para os primeiros anos de gestão.

O último pagamento integral das medições ocorreu em maio. No mês passado, sem dinheiro em caixa, a prefeitura repassou R\$ 81 mil dos R\$ 300 mil devidos à construtora. O repasse de recursos fez com que o ritmo da obra caísse – a empreitada, que já teve 40 trabalhadores, hoje tem apenas seis.

A obra está avaliada em R\$ 10 milhões. A prefeitura ficou com a fiscalização e as medições, para que seja liberada a verba.

No site do governo do Estado que informa sobre transferências de recursos, o convênio entre Estado e BNDES para a construção do Centro de Inovação de Itajaí aparece como extinto. A planilha mostra que ainda falta prestar contas de pelo menos um dos repasses.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS) informou que, na prática, o convênio não chegou a ser cancelado. “O prazo expirou no sistema, porém foi prorrogado pelo banco”. Mas esse adiamento ainda tramita no departamento jurídico da Secretaria de Estado da Fazenda, aguardando aprovação.

A estrutura física deveria ter ficado pronta em agosto, já com prazo estendido. Quando essa etapa terminar ainda faltará a segunda fase, com acabamentos e climatização. A licitação foi concluída, mas não foi assinado contrato com a empresa vencedora.

Na melhor das hipóteses, o Centro de Inovação fica pronto nos primeiros meses do ano que vem – e o prejuízo causado pelo atraso é grande. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que fará do local um hub de ligação entre projetos acadêmicos e o mercado, pretendia começar a instalação em outubro. A universidade tem um convênio de R\$ 4 milhões com o governo federal e os dois primeiros anos de gestão do Centro de Inovação.

Das 40 pessoas do início da obra apenas seis continuam no prédio

Notícias do Dia Fabio Gadotti

“Comissão da Verdade”

Comissão Memória e Verdade / Conselho Universitário / UFSC / Relatório / Jean Marie Alexandre Farines / Memorial dos Direitos Humanos / Criação / Documentário

Comissão da Verdade

Reunido ontem, o Conselho Universitário da UFSC aprovou o relatório entregue em maio pelo professor Jean Marie Alexandre Farines, que coordenou a Comissão Memória e Verdade, que resgata os fatos ocorridos durante a ditadura, entre 1964 e 1988. Entre as 12 recomendações, todas acatadas pelo conselho, são a criação de um Memorial dos Direitos Humanos na UFSC e um documentário sobre o período.

**Notícias do Dia
Panorama**
"Inovação e energia"

Inovação e energia / UFSC

Inovação e energia

Amanhã, às 10h, na sede da Celesc na Capital, serão apresentados os projetos aprovados nas chamadas públicas encerradas em janeiro deste ano. As propostas beneficiam diversas regiões do estado e somam R\$ 96 milhões em investimentos. Na Grande Florianópolis, serão aplicados mais de R\$ 800 mil na iluminação pública de Santo Amaro da Imperatriz para substituir lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio por de lâmpadas LED. A previsão é de que a mudança represente uma economia anual de R\$ 250 mil aos cofres do município. Já na área de Pesquisa e Desenvolvimento está prevista a criação de uma plataforma robotizada para transporte de transformadores em espaços de difícil acesso, da UFSC, e o desenvolvimento de um gerador eólico de nacional de 4 MW de potência, elaborado pela Engie e pela WEG. Investimentos de R\$ 3 milhões e de R\$ 30 milhões, respectivamente.

CLIPPING DIGITAL

[Santa Catarina recebe o primeiro Observatório Social Estadual](#)

[Lucas Esmeraldino, candidato ao Senado pelo PSL - 'Serei o braço direito de Bolsonaro no Senado'](#)

[Camasão afirma que vai combater privilégios, mordomias e corrupção](#)

[Alunos de odontologia da UFSC fazem protesto e pedem melhorias nos laboratórios](#)

[Além de MPF e DPU, UFSC apura denúncia de fraude em cotas raciais desde o início de 2017](#)

[Geórgia, Rose, Taís e Darvil: O elenco da CASACOR / Santa Catarina 2018](#)

[Do Baja Satc para a Volkswagen](#)

[#EleSim](#)

[Ao menos 500 espécies de animais sumiram da Mata Atlântica](#)

[Relações de Consumo é tema de simpósio da OAB](#)

[UFFS divulga programação da Semana do Diversa 2018](#)

[Perito diz que falta de manutenção encurtou vida útil das pontes que dão acesso à Ilha](#)

[Cronista JJ Leal assume Academia Catarinense de Letras](#)

[Feira do Livro de Balneário Camboriú terá grandes encontros](#)

[Universitários de todo o País se preparam para a 15ª Competição Fórmula SAE BRASIL](#)

[Creto gelato che riduce gli effetti collaterali della chemioterapia](#)

[O que a WEG e a AMcom têm em comum com a moda e o design?](#)

[SC: PCO faz atividade na UFSC pela liberdade de Lula](#)

[MÉXICO: Quatro anos depois, famílias ainda buscam corpos dos 43 estudantes desaparecidos](#)